

POBREZA E FOME,
UMA HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

TEMAS, METODOLOGIAS
E ESTUDOS DE CASO

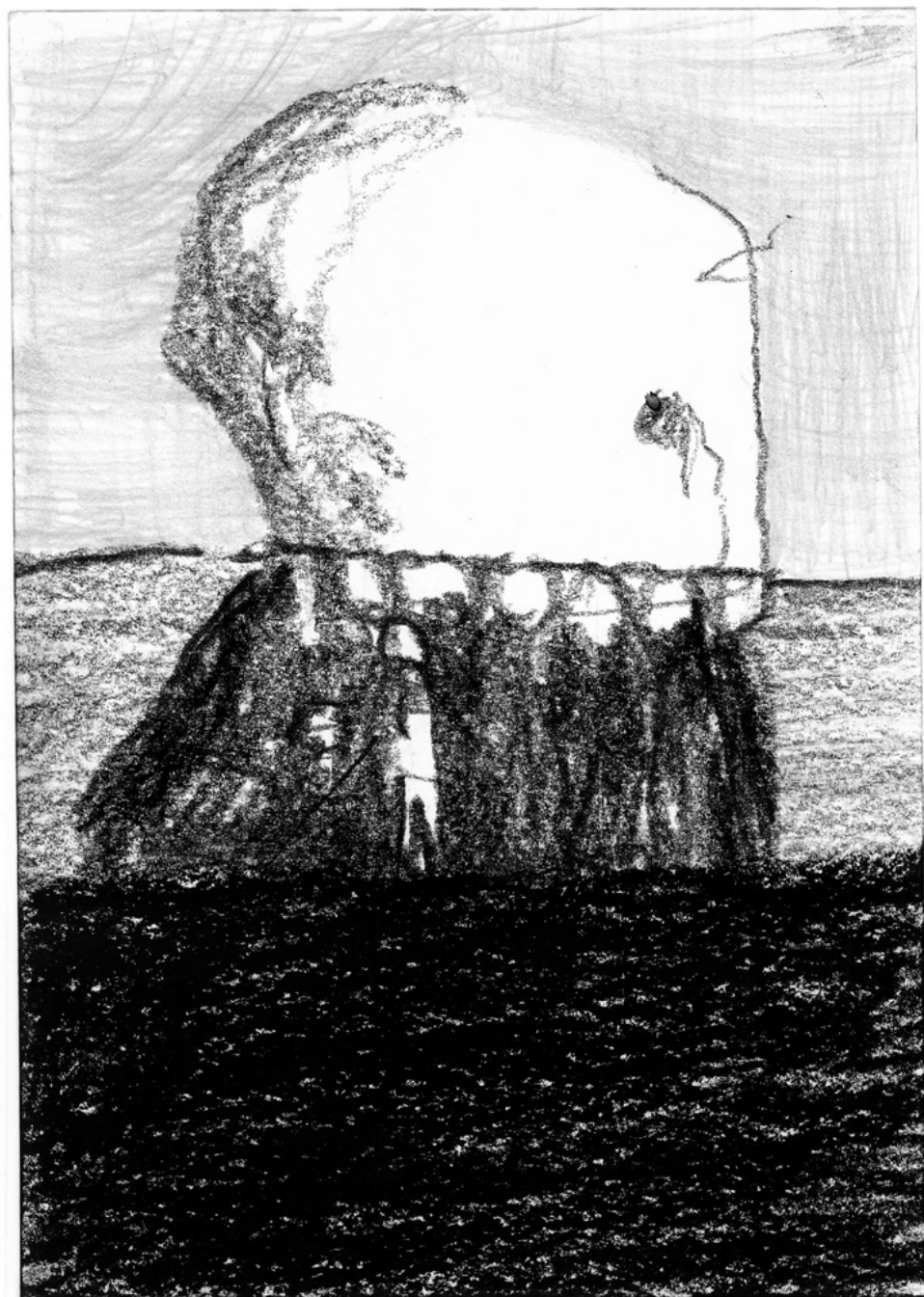


Coordenadoras

Ana Isabel Queiroz, Bárbara Direito,
Helena da Silva, Lígia Costa Pinto

 IMPRENSA
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

Jorge Queiroz, s/título, s/data,
lápiz de grafito sobre papel, 10 cm × 21 cm



IMPrensa DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A Imprensa de História Contemporânea é a editora universitária do Instituto de História Contemporânea, especializada na divulgação de trabalhos de investigação originais nas áreas da História e das Ciências Sociais. A IHC publica estudos inovadores que incidam sobre o período contemporâneo, privilegiando as abordagens de carácter transdisciplinar.

DIRECÇÃO

Victor Pereira

COMISSÃO COORDENADORA

Victor Pereira, Pedro Martins e Vasco Marques

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Garrido

Elisa Lopes da Silva

Luís Trindade

Maria João Vaz

Maria Alexandre Lousada

Nuno Medeiros

Paulo Jorge Fernandes

POBREZA E FOME,
UMA HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA
TEMAS, METODOLOGIAS
E ESTUDOS DE CASO

coordenadoras

Ana Isabel Queiroz

Bárbara Direito

Helena da Silva

Lígia Costa Pinto

© 2022, Autores

Imprensa de História Contemporânea
imprensa.ihc@fctsh.unl.pt
<http://imprensa.ihc.fctsh.unl.pt>
Av. de Berna, 26 C
1069-061 Lisboa



Esta é uma obra em Acesso Aberto,
disponibilizada *online* e licenciada segundo
uma licença Creative Commons de Atribuição
Não Comercial — Sem Derivações 4.0
Internacional (CC-BY-NC-ND 4.0).

Título: *Pobreza e fome, uma história contemporânea. Temas, metodologias e estudos de caso.*

Autores (por ordem alfabética): Ana Alcântara, Ana Isabel Queiroz,

Ana Paula Guimarães, Bárbara Direito, Carlos Augusto Ribeiro, Celia Miralles Buil,
Cristina Joanaz de Melo, David Conde Caballero, Elisa Lopes da Silva, Filipa Soares,
Frederico Ágoas, Helena da Silva, Inês Amorim, Inês Gomes, Inês Ponte,
Joana Vieira Paulino, Lais Pereira, Leonardo Aboim Pires, Lúcia Costa Pinto,
Luís Pedro Silva, Maria Alice Samara, Mariana Reis de Castro, Marta Silva,
Monica Truninger, Paulo Jorge Fernandes, Pedro Aires Oliveira, Philip J. Havik,
Raquel Pereira Henriques e Yvette Santos.

Revisão de Ivan Nunes

Capa e composição: Tinta-da-china

Desenho da capa: Jorge Queiroz

1.ª edição: Novembro de 2022

ISBN:

(versão impressa) 978-989-8956-42-2

(Epub) 978-989-8956-43-9

(Mobi) 978-989-8956-44-6

(PDF) 978-989-8956-45-3

DEPÓSITO LEGAL: 496953/22

DOI: <https://doi.org/10.34619/15ka-sssd>

Biblioteca Nacional de Portugal

— Catalogação na Publicação

Pobreza e fome, uma história contemporânea:
temas, metodologias e estudo de caso /
Ana Isabel Costa Febrero de Queiroz ... [et al.]

ISBN 978-989-8956-42-2

I - QUEIROZ, Ana Isabel Costa Febrero de, 1962-

CDU 94(4)“14/17”(042)

Este livro foi elaborado no quadro das atividades da linha
temática «Mundos Precários e Sustentabilidade: natureza, saúde
e trabalho», financiado por fundos nacionais através da FCT —
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.,
no âmbito dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.



ÍNDICE

- 11 Agradecimentos
- 13 Introdução aos temas da pobreza
e da fome em contexto historiográfico
*Ana Isabel Queiroz, Bárbara Direito,
Helena da Silva, Lúgia Costa Pinto*

PARTE 1. TEMAS

- 35 Vulnerabilidade e risco
Lúgia Costa Pinto
- 41 Alimentação e abastecimento
Leonardo Aboim Pires
- 51 Calamidades — perdas de culturas
Inês Gomes
- 59 Perturbação ambiental
Filipa Soares
- 67 Saúde
Helena da Silva
- 77 Doenças coletivas
Celia Miralles Buil
- 87 Fronteira
Mariana Reis de Castro
- 101 Migração
Marta Silva e Yvette Santos
- 109 Precarizar o desemprego: a longa história de uma categoria
Elisa Lopes da Silva

PARTE 2. EXPLORAR
FONTES E METODOLOGIAS

- 121 Dados meteorológicos e *proxies* para o estudo de eventos climáticos extremos e os seus impactos na época moderna
Inês Amorim e Luís Pedro Silva
- 129 Fontes manuscritas do século XVIII: «Intendência das lezírias e obras do Tejo» e «Correspondência do Conde de Valadares»
Cristina Joanaz de Melo
- 137 Róis de Confessados, Registos paroquiais e a secção «Criação dos Expostos» do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Histórias de vida de crianças abandonadas em Lisboa (século XIX)
Joana Vieira Paulino
- 145 Imprensa africana em Moçambique no início do século XX
Bárbara Direito
- 153 Contos, provérbios e receitas tradicionais
Carlos Augusto Ribeiro e Ana Paula Guimarães
- 161 Literatura Portuguesa Finissecular: Fialho de Almeida, Abel Botelho, Alfredo Gallis e Raúl Brandão
Ana Isabel Queiroz
- 169 Impressões sobre a escassez:
notas sobre o arquivo fotográfico
Lais Pereira
- 177 Contributos da História Oral.
A questão da fome no Estado Novo
Maria Alice Samara e Raquel Pereira Henriques

PARTE 3. ESTUDOS DE CASO

- 187 Inquéritos sociais em Portugal (1880-1960):
contributo para a história das condições de vida
Frederico Ágoas
- 203 As mulheres operárias na Lisboa do final do século XIX:
caracterização e locais do trabalho fabril feminino
Ana Alcântara
- 221 Los años del hambre en España. Una etnografía de la(s)
memoria(s) de escasez de posguerra
David Conde Caballero
- 237 Pobreza alimentar em famílias com crianças na Região de Lisboa
Mónica Truninger
- 251 A miséria pode ter piada? Representações da fome
e da pobreza no humor gráfico contemporâneo
Paulo Jorge Fernandes
- 265 Estado, seca e fome em Cabo Verde:
algumas respostas públicas no século XX (c. 1920-c.1990)
Pedro Aires Oliveira
- 283 A nutrição como problema de saúde pública
na África colonial tardia: o caso português
Philip J. Havik
- 299 Circunscrever a fome:
notas sobre uma socialidade da escassez no Sul de Angola
Inês Ponte
- 319 Biografias dos autores

ALIMENTAÇÃO E ABASTECIMENTO

LEONARDO ABOIM PIRES¹

A alimentação, como necessidade biológica primordial, é uma das bases essenciais à sobrevivência dos seres humanos enquanto espécie. O entendimento sobre esta matéria foi-se adensando paulatinamente, auxiliado pelo desenvolvimento científico, pela percepção da realidade social e pela cimentação de costumes. O caso de Portugal entre os séculos XIX e XX demonstra isso mesmo, através das adaptações e respostas às alterações sociais surgidas no período. O eficaz abastecimento de víveres às populações foi um dos principais problemas, com soluções que se concretizaram tardiamente. Como se verá adiante, a fome emergiu como um elemento comum a diversas regiões, palpável na ausência de variedade alimentar, o que se traduzia na cultura material e na saúde pública, com surtos de doenças associadas à malnutrição.

Durante o século XIX, o regime alimentar português variava «consoante a abundância e os preços»,² resultado de uma economia de índole agrícola. O pão constituía o sustentáculo das dietas, mas existia uma visível incapacidade em abastecer as populações com cereais, resultando daí um ciclo de crises, algo que era discutido desde o Antigo Regime.³ Este era um problema que «mais se accentua na vida rural»

1 A investigação para o presente trabalho foi financiada pela FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/06506/2020).

2 Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Portugal à Mesa: Alimentação, Etiqueta e Sociabilidade 1800-1850* (Lisboa: Hugin, 2000), 19.

3 Jaime Alberto do Couto Ferreira, *A Dessacralização do Pão: Políticas de Abastecimento no Antigo Regime do Concelho ao Estado Iluminista* (Porto: Campo das Letras, 1995); Francisco Duarte Ferreira Mangas, «Segurar a Fome: o Terreiro do Trigo de Lisboa no século XVI» (Tese de Mestrado em História da Época Moderna e dos Descobrimentos, Universidade Nova de Lisboa, 2016).

que estava «sujeita a todas as vicissitudes e verdadeiros flagellos»⁴ e não será estranho que alguns publicistas considerassem que «proibir a exportação de trigo, é um dever» pois «a fome conduz o desespero, e esse não tem limites».⁵ A insuficiência frumentária era tão patente que, em maio de 1896, através de uma petição, a população de Campo Maior pediu diretamente ao rei D. Carlos «implorando a concessão da entrada de cereaes livre de direitos pela raia secca, ou pelo menos de entrada de pão cosido para consumo dos habitantes d'este concelho, como já em annos anteriores fôra permittido a alguns concelhos raianos».⁶ Como se pode confirmar, os cereais eram um artigo indispensável para a satisfação das necessidades alimentares.

Sobre os impactos sociais da escassez, encontram-se surtos endémicos de fomes com expressão nos espaços rural e urbano. Entre as causas contavam-se uma repartição fundiária desequilibrada e problemas ao nível da circulação dos produtos, algo próprio de um mercado interno em construção, motivado pela existência de sociedades agrícolas fechadas. Igualmente, algumas adversidades ambientais (chuvas, secas, granizo) eram suficientes para romper com o instável equilíbrio do autoconsumo, o que abria caminho às privações. Estas características contribuíam para as assimetrias da balança alimentar, muitas vezes solucionadas com recurso à importação de géneros.

A título exemplificativo, este problema fora notado numa consulta da Junta da Reforma dos Forais na década de 1820, «mostrando a falta e necessidade de importação de desenove mil moios [de cereais] estrangeiros».⁷ Já as fomes ocorridas na Madeira entre 1846 e 1847 levaram à conclusão de que a região tinha «a infelicidade de não produzir cereaes que supram o consumo de seus habitantes».⁸ Por seu turno, em 1859 o

4 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, maço 850, n.º 17, fl. 1.

5 José Hermenegildo Correia, *A Fome e o Povo ou a Má Administração em Portugal* (Lisboa: Calçada da Estrella, 1855), 12.

6 ANTT, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, maço 899, n.º 91, fl. 2.

7 ANTT, Ministério do Reino, cx. 483, mç. 361, mct. 8, n.º 2, doc. 1, fl. 5.

8 Sérvulo Drummond de Meneses, *Collecção de Documentos Relativos à Crise da Fome Porque Passaram as Ilhas da Madeira e Porto Santo, no anno de 1847* (Funchal: Typ. Bernardo F. L. Machado, 1848), 19.

Governo concedeu ao distrito de Angra moios de trigo e milho para aplacar a fome que grassava na Terceira, prevendo-se a criação de «um estabelecimento de beneficência que nunca chegou a organizar-se, denominado ‘Celleiro dos Pobres’»,⁹ iniciativa análoga à que fora defendida pelo Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas em 1856.¹⁰ Mais tarde, em 1899, o ministro Elvino de Brito pediu que o Conselho Distrital de Agricultura de Aveiro se reunisse, de modo a saber «qual a quantidade de milho necessária para satisfazer o consumo na alimentação pública até haver milho da nova colheita».¹¹ Até as pequenas localidades dedicadas à cerealicultura não conseguiam fazer face às necessidades. Em Peso da Régua, nas vésperas da República, «apenas a freguesia de Sedielos cultivava o cereal não chegando porém a produção d’este para o consumo da mesma freguesia».¹² O mesmo ocorria em Tabuaço, onde «os cereais não chegam para metade do consumo»¹³ do concelho.

Além do pão, quais eram os outros produtos que os portugueses comiam? Estaríamos diante de uma mesa «modestamente abundante»,¹⁴ como era relatado para o Minho? A correspondência desta visão com a realidade não pode ser tomada tão taxativamente. Nos finais do século XIX, batatas, legumes, leite, ovos, carne de vaca e bacalhau «são quási exclusivamente consumidos pela pequena e média burguesia proprietária, devendo pois pesar mais que noutros tempos nos orçamentos das famílias de classes abastadas».¹⁵ As classes pobres continuavam a ter hábitos frugais, fazendo do pão, da carne de porco e de ovino, do vinho e dos caldos o seu modo de vida alimentar.

As próprias materialidades inerentes ao ato da refeição pautam-se pela frugalidade (Figura 1). De um modo geral, «os utensílios cingiam-se ao fundamental: potes de ferro fundido, peças de talher

9 ANTT, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, maço 850, n.º 1, fl. 6.

10 José de Torres, *Crises Alimentícias: Causas — Remédios — Discurso Pronunciado em 1 de Dezembro de 1856 no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* (Lisboa: Typ. de Castro & Irmão, 1857).

11 ANTT, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, maço 850, n.º 13, fl. 1.

12 ANTT, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, maço 983, n.º 203, fl. 1.

13 ANTT, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, maço 983, n.º 229, fl. 1.

14 *Jornal Hortícola-Agrícola* 5.º ano, n.º 3 (março de 1897), 38.

15 Basílio Teles, *Carestia da Vida nos Campos: Cartas a um Lavrador* (Porto: Chardron, 1903), 18-19.

(garfos, colheres e poucas facas), louças (pratos, travessas, copos, garrafas, malgas e alguidares), almotolias, um caneco para a água, uma peneira, material de iluminação (um lampião e uma candeia)». ¹⁶ A disciplina da comensalidade e os rituais de mesa criavam uma imagem de individualização dos elementos familiares em meio urbano, contrariamente ao que ocorria nas zonas rurais.

Estas características ainda estariam presentes ao longo da I República. Certo é que «a intervenção estatal no fornecimento de alimentos é sempre politicamente controversa» ¹⁷ e, como escreveu Oliveira Salazar no contexto da Grande Guerra, «quando o povo não tem pão, pode desde logo dizer-se que o povo tem fome». ¹⁸ Neste período, a alimentação sofreu alterações, com alguns produtos a ganhar mais preponderância. Segundo um inquérito de 1917, uma família operária de quatro pessoas consumia, anualmente, 250 quilos de batatas, valor antecedido pelo pão (800 quilos). ¹⁹ Também o bacalhau, até aí um alimento conotado com as classes mais pobres, se alargou a classes mais abastadas devido ao aumento do preço. Perante a escassez sentida pelas populações durante a guerra ²⁰ e na transição para a paz, ²¹ os governos republicanos decretaram restrições às exportações, tabelamento de preços e estímulos para o aumento da oferta agrícola. Cumpre referir que nestes anos, internacionalmente, os problemas da alimentação eram tidos em conta, desde a ‘descoberta’ das vitaminas no final do século XIX ²². Surgiram nessa época trabalhos académicos

16 Rui Cascão, «À volta da Mesa: Sociabilidade e Gastronomia,» in *A Época Contemporânea*, org. Irene Vaquinhas, vol. 3, *História da Vida Privada em Portugal* (Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2011), 35.

17 Jaime Reis, *O Atraso Económico Português, 1850-1930* (Lisboa: INCM, 1993), 34.

18 António de Oliveira Salazar, *Alguns Aspectos da Crise das Subsistências* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918), 10.

19 *Boletim da Previdência Social* ano I, n.º 3 (dezembro de 1917), 196.

20 Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra* (Casal da Cambra: Caleidoscópio, 2011).

21 Inês José, «Estado e Regulação do Abastecimento Alimentar na Transição para a Paz (1919-1924),» in *Despojos de Guerra: As Consequências e Sequelas da Primeira Guerra Mundial*, org. Ana Paula Pires, António Paulo Duarte e Teresa Nunes (Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2019), 61-74.

22 Richard D. Semba, «The Discovery of the Vitamins,» *International Journal for Vitamin and Nutrition Research* 82, n.º 5 (2012): 310-315.



Figura 1. Refeição de uma família camponesa minhota.

Fonte: *Ilustração Portuguesa* 2.ª série, n.º 9 (23.04.1906), 286.

em Portugal sobre a questão²³ e na Sociedade das Nações foi criada, em 1921, a Organização de Saúde, na qual a nutrição era um dos temas centrais.

Posteriormente, a Ditadura Militar e o Estado Novo apresentaram uma inclinação autárquica, acompanhando um movimento visível em regimes autoritários como a Itália fascista ou a Alemanha nazi. A autosuficiência alimentar foi fomentada com programas de intensificação cultural agrícola, como as Campanhas do Trigo (1929), das Frutas (1930) e do Arroz (1931). Perante situações como as relatadas pelo Sindicato

23 José Azevedo da Silva Aroso, *Questões Alimentares: Subsídios Para o Estudo da Alimentação Portuguesa* (Porto, 1915).

Agrícola de Favaio, afirmando «há fome neste concelho»,²⁴ o perigo da desordem foi outro dos motivos que impulsionou medidas políticas para aplacar a carência, porque «a fome é sempre péssima conselheira».²⁵

Este último aspeto foi comprovado na Segunda Guerra Mundial. Além de esquemas para superar as dificuldades,²⁶ as perturbações no abastecimento das comunidades locais levaram a momentos de agitação social, replicando uma certa ideia de economia moral que já havia estado presente nas reações desencadeadas pela guerra anterior. Nem a criação da Intendência-Geral dos Abastecimentos (Decreto-Lei n.º 32.945, de 2 de agosto de 1943), nem algumas medidas avulsas executadas por uma rede de organismos, como os postos reguladores de venda de fruta, criados pela Junta Nacional das Frutas (Figura 2), promoveram uma inversão deste problema, que se manteve até às políticas de estabilização económica da década de 1950. Neste período, surgiram alguns estudos científicos sobre hábitos alimentares, sobretudo para o espaço rural,²⁷ evidenciando carências que a guerra se encarregou de agudizar.

Nos anos seguintes, e ultrapassadas as maiores dificuldades, a demanda em responder às exigências do mercado²⁸ levou ao surgimento

24 ANTT, Ministério do Comércio e Indústria, Gabinete do Ministro, cx. 13, pt. 1, processo n.º 19.

25 ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 451, pt. 3/3, fl. 2.

26 Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «A Culinária Portuguesa no Tempo da II Guerra Mundial: As Receitas, o Racionamento e as Soluções Alternativas,» *Revista História Helikon* 2, n.º 3 (2015): 3-25.

27 Francisco Cambournac e José Manuel Pita Simões, *Sobre a Alimentação dos Ranchos Migratórios na Região de Águas de Moura* (Lisboa: Editorial Império, 1944); Fernando Rocha Faria, *A Alimentação dos Trabalhadores Rurais Portugueses* ([S.l.: s.n.], 1942); Rola Hill e Francisco Cambournac, «Estudo sobre a Alimentação de Cinco Famílias Rurais numa Herdade do Alentejo,» *Lisboa Médica* XVIII, n.º 12 (1941): 691-702; Remo de Noronha, *Alimentação dos Rurais do Douro: Subsídios para um Estudo Médico-Social* (Régua: Imprensa do Douro, 1942).

28 Luciano Amaral, «Alimentação,» in *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*, org. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Porto: Figueirinhas, 1999): 87-88; Dulce Freire, «Produzir Mais e Melhor: Estado, Agricultura e Consumo Alimentar em Portugal (1926-1974),» *Ayer* 83, n.º 3 (2011): 101-126; Álvaro Garrido, «Políticas de Abastecimento no Segundo Pós-Guerra: A «Organização das Pescas,» *Análise Social* XXXV, n.º 156 (2000): 651-94; Leonardo Aboim Pires, «As Mudanças Económicas do Pós-guerra e a Questão Alimentar em Portugal: Padrões de Consumo, Tendências Sociais e Assimetrias Regionais,» *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 18 (2018): 251-272.

mento de métodos de rentabilização das culturas, com aumentos da produtividade e um relativo equilíbrio entre oferta e procura. Ainda assim, «raramente as colheitas foram suficientes para alimentar a população crescente do país».²⁹ Devemos acrescentar que a mercantilização da produção alimentar fazia com que o espaço rural tivesse menos variedade alimentar, dada a pressão do consumo. O quadro institucional teve maiores preocupações sobre esta questão e não foram apenas os organismos de coordenação económica que para tal contribuíram. «Numa época conturbada do abastecimento do mercado interno»³⁰ surgiu o Fundo de Abastecimento (Decreto-Lei n.º 36.501, de 9 de setembro de 1947), cujas primeiras ações se centraram na liquidação da política de preços e defesa do consumidor.

Paralelamente a este enquadramento económico-político, as dietas foram alvo de maior escrutínio ao que alguns chamaram «o problema alimentar português».³¹ Através de uma perspetiva dual, existia uma «grande variedade de alimentos, especialmente nas cidades em que os novos e rápidos meios de transporte e processos de conservação assim o permitem»; por outro lado, «pouca variedade de alimentos em regiões de difícil acesso, predominando na alimentação alimentos que não correspondem às necessidades básicas do organismo».³² Urgia uma modificação para que a alimentação tivesse «um pouco mais de proteínas de origem animal, de fósforo, de cálcio e vitaminas», apelando a que, junto das populações rurais, fosse abandonado o «consumo de açordas e outros pratos constituídos quase exclusivamente por pão».³³

Aqui o contributo da agronomia não pode ser esquecido. Várias foram as monografias científicas nas quais a nutrição era parte integrante da análise. Neste domínio encontramos os relatórios finais de

29 Dulce Freire, «Como Alimentar Portugal? Produção agrícola desde 1850,» in *Ambiente, Território e Sociedade: Novas Agendas de Investigação*, org. Ana Horta e João Ferrão (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015), 136.

30 ANTT, Arquivo Salazar, CO/EC-25, cx. 86, 1.ª subdivisão, pt. 1, fl. 5.

31 Fernando da Conceição Rocha Faria, *O Problema Alimentar Português: Subsídios Para a sua Resolução* (Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1950).

32 Louise Cohen da Cunha Telles Dantas, «Os Sete Grupos Básicos da Alimentação», *Gazeta Médica Portuguesa* IX, n.º 9 (1956): 121.

33 Ferreira de Mira, «Inquérito à Alimentação e Condições Sanitárias do Pessoal numa Exploração Agrícola,» *Gazeta Médica Portuguesa* I, n.º 2 (1948): 391-392.

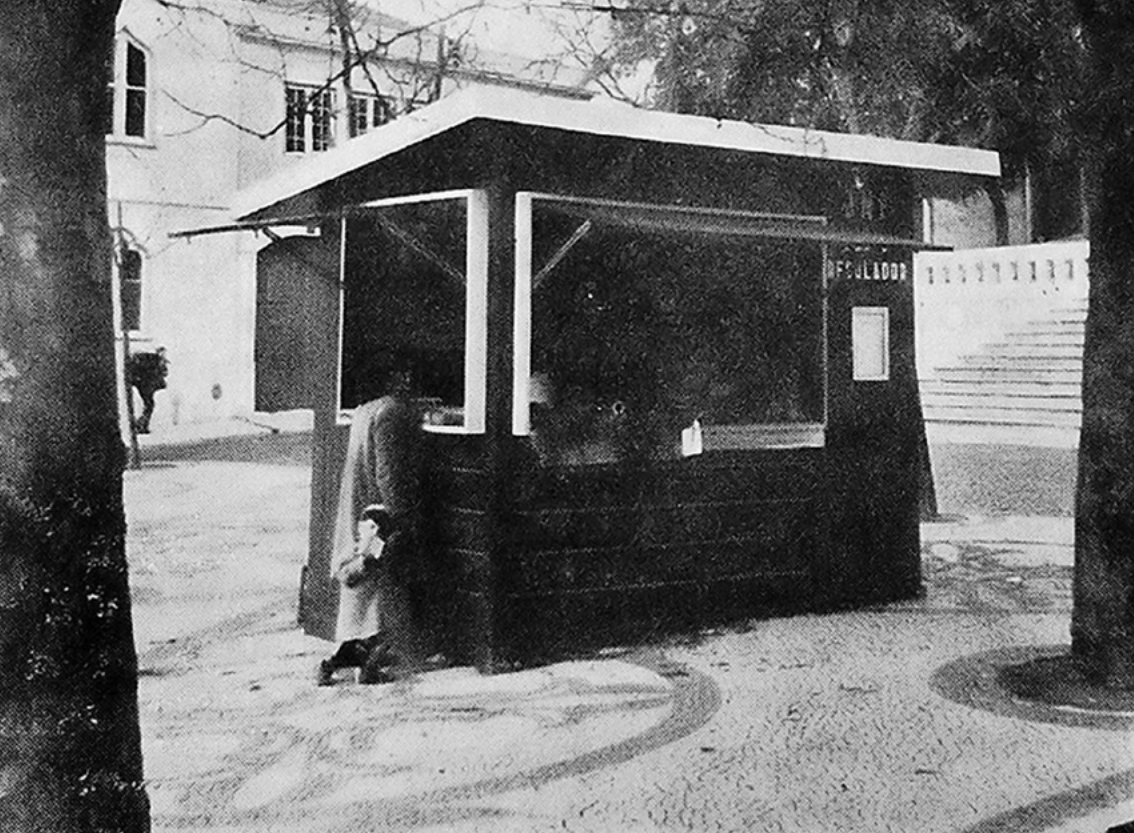


Figura 2. Um posto regulador de venda de fruta, em Lisboa.

Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas* ano VII, n.º 1, 1.º trimestre, 81.

curso do Instituto Superior de Agronomia sobre várias localidades, caminho trilhado nos anos 1930, com o *Inquérito à Habitação Rural*, coordenado por Lima Basto, e outros estudos avulsos.³⁴ Estes agrónomos concluíam que a alimentação no campo e na cidade contrastavam fortemente: nas urbes e em certos estratos sociais, o acesso a determinados alimentos tornava-a vitamínicamente mais correta; nos campos eram privilegiadas características alimentares que sustentassem o esforço físico necessário aos trabalhos agrícolas.

Certos produtos passaram a estar mais presentes nas mesas. Refira-se que o consumo de carne bovina passou de 40.074 toneladas, em

34 Eduardo Lima Basto, *Níveis de Vida e Custo da Vida: O Caso do Operário Agrícola Português* (Lisboa: ISCEF, 1935).

1954, para 47.011, em 1960.³⁵ Iniciativas como o Serviço de Abastecimento de Peixe ao País, criado em 1967, pretenderam mudar hábitos que, neste caso específico, passava pelo fomento do consumo de peixe congelado, beneficiando para isso de uma vasta frota automóvel, sinal claro da transformação das vias e meios de transporte. Concomitantemente, as formas de armazenamento foram sendo transformadas. Destaca-se uma maior vulgarização do frio industrial, essencial para abastecer as grandes cidades, sobretudo no caso do peixe, da carne e dos hortofrutícolas, algo incentivado pelo Estado, com a construção de armazéns. Também se começou a verificar uma maior presença de frigoríficos em contexto doméstico. O surgimento dos primeiros supermercados, em 1961, sinaliza também as mudanças no retalho, transformando os modos de abastecimento e o consumo dos agregados familiares.

A evolução dos discursos e práticas médicas formou novas abordagens, próprias de um melhoramento na ciência em correlação com a transformação dos hábitos alimentares. As pesquisas sobre o papel das proteínas animais nas dietas, a ligação entre alimentação e as questões laborais e o debate sobre a maior inclusão de leite, frutas ou carne, era algo que muito se discutia no Reino Unido, EUA, Canadá, Suécia, além da Food and Agriculture Organization (FAO), criada em 1945. Portugal acompanhou essa tendência, ainda que de forma mais inibida, apesar de a nutrição ser vista «como o «Problema n.º 1» da moderna Saúde Pública».³⁶ As iniciativas estatais e paraestatais confluíram num cenário em que o corpo é concebido através do saber biomédico e de um olhar anátomo-fisiológico e científico. Disso mesmo é exemplo a criação do curso de dietistas no Hospital de Santa Maria, em 1957, e a primeira Tabela de Composição dos Alimentos Portugueses, em 1961.

Desde os anos 1960, assistiu-se a uma complexificação da importância das práticas alimentares, não se escudando apenas no abastecimento. A consciencialização socio-ecológica dos impactos da

35 ANTT, Arquivo Salazar, CO/EC-25, cx. 86, 2.^a subdivisão, pt. 1, fl. 44.

36 Carlos Santos Reis, «A Nutrição e a Saúde Pública Portuguesa,» *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 12 (1960): 25.

massificação trazida pela Revolução Verde esteve na base de algumas reflexões, mostrando que os «aumentos astronômicos na produção agrícola nunca poderiam alimentar o mundo se essas calorias não fossem alocadas eficientemente». ³⁷ A criação de compromissos baseados na utilização de processos ecológicos substitutivos para um modo de produção sustentável tem levado os governos a desenvolverem estratégias específicas, sendo esse o principal foco das atuais políticas públicas.

Palavras-chave:

Alimentação; Abastecimento; Consumo; Fome; Nutrição; Instituições.

37 Michael Carolan, «The Food and Human Security Index: Rethinking Food Security and 'Growth',» *The International Journal of Sociology of Agriculture and Food* 19, n.º 2 (2012), 178.